



HISTÓRIA, POLÍTICA E LINGUAGEM NA MODERNIDADE: UMA OUTRA INTRODUÇÃO À CONTROVÉRSIA LEIBNIZ E LOCKE¹

William de Siqueira Piauí e Daniel Soares Silveira²

Resumo: O que pretendemos em nosso artigo é ensaiar uma introdução à controvérsia Locke-Leibniz que associe os temas História, Política e Linguagem. Para tanto vamos esclarecer, em primeiro lugar, em que medida a pesquisa etimológica de Leibniz muda o foco principal da argumentação de Locke para um ambiente distinto do da arte de inventar, descobrir e de raciocinar, ou seja, opera certa recusa não só de seu convencionalismo e nominalismo como de sua semiótica, em segundo lugar, pretendemos recuperar a consideração sobre a figura de Adão por Filmer e a recusa de Locke para o estabelecimento do poder político para, por fim, avaliar a recuperação de tal discussão e defesa da monarquia alemã por parte de Leibniz, o que faz voltar, a partir de investigação histórico-etimológica os termos em que Locke havia recusado Filmer.

Palavras-chave: Leibniz. Locke. Filmer. Linguagem. História. Política.

Abstract: In this paper we aim at introducing the reader to the Locke-Leibniz controversy concerning History, Politics and Language. In order to do so, we will follow this scheme: firstly, we will show in what ways Leibniz's researches on etymology shift Locke's main arguments into a different field, apart from his original art of inventing, finding and reasoning, *i.e.*, we will show how Leibniz, based on those researches, denies not only Locke's conventionalism and nominalism, but also his somiotics; secondly, in order to show how Leibniz reclaims Adam's heritage, tracing it back from the sons of Noah to the modern Prussian monarchy through his historical-etymological investigations, we aim at reconstructing how this dispute started with Filmer's own account of Adam's lineage and Locke's refutation of this attempt of funding the political powers in such heritage.

Keywords: Leibniz. Locke. Filmer. Language. History. Politics.

¹ Com algumas alterações que dizem respeito principalmente à parte III, trata-se de palestra apresentada na XIX Semana de Filosofia da Universidade Federal de Sergipe (DFL-UFS), "A Filosofia e seu ensino: 25 anos de reabertura do curso de Filosofia UFS", em novembro de 2018.

² Respectivamente, PIAUÍ, W. S., professor do departamento de Filosofia da UFS e líder do Grupo de Estudos de Filosofia da Linguagem (GEFIL-UFS), e-mail: piauiusp@gmail.com, e SILVEIRA, D. S., mestrando em filosofia junto ao PPGF-UFS, é membro do grupo de Ética e Filosofia Política da UFS, e-mail: daniel.ss777@hotmail.com.

Introdução

O que pretendemos em nosso artigo é ensaiar um outro tipo de introdução à controvérsia Locke-Leibniz que associe os temas História, Política e Linguagem; para tanto, vamos esclarecer, em primeiro lugar, em que medida a pesquisa etimológica de Leibniz no livro III, cap. I-III, dos **Novos ensaios** muda o foco principal da argumentação de Locke dos **Ensaio sobre o entendimento humano** para um ambiente distinto do da arte de inventar, descobrir e de raciocinar, ou seja, opera certa recusa não só de seu convencionalismo e nominalismo mentalista como de sua semiótica, por conta de o inglês não ter sabido diferenciar aquelas “artes” da investigação etimológica e mesmo histórica, em segundo lugar, pretendemos recuperar a consideração sobre a figura de Adão feita por Filmer na obra **Patriarca** e a recusa de Locke no **Ensaio sobre o verdadeira origem, extensão e fim do governo civil** para o estabelecimento do poder político para, por fim, avaliar a recuperação de tal discussão e a defesa da monarquia alemã por parte de Leibniz, o que faz voltar, a partir de investigação histórico-etimológica, os termos em que Locke havia recusado Filmer e mostra a força política da investigação histórico-etimológica no que diz respeito à constituição de certa narrativa em que os alemães, ou os europeus ao menos, deveriam ocupar o centro.

I Parte: Leibniz e a recusa da semiótica de Locke

Gostaríamos de iniciar nossa fala a partir desde já de uma afirmação feita por Leibniz na parte da obra que será nosso objetivo discutir nesse início, a saber:

Contudo, visto termos pressa de encerrar esta pesquisa acerca das palavras (*mots*) e de voltar às coisas, não quero entreter-vos mais [Locke], embora acredite realmente que as línguas (*les langues*) constituem o melhor espelho do espírito humano (*le meilleur miroir de l'esprit humaine*), e que uma análise exata da significação das palavras (*analyse exacte de la signification des mots*) ajudaria, melhor que qualquer outra coisa, a conhecer as operações do entendimento (*les opérations de l'entendement*). (LEIBNIZ, 1984, [N.E., livro III, cap. VII, Sobre as partículas], p. 263).

A afirmação acima foi muitas vezes repetida especialmente quando a questão é entender o que Leibniz pensava sobre o problema clássico em filosofia da linguagem referente à significação das palavras e sua associação com o modo como os modernos pensaram o entendimento ou a razão. O que tal afirmação supõe é que há uma relação bastante estreita entre uma pesquisa ou análise da significação exata das palavras e as

operações do entendimento, supõe que as línguas seriam o espelho do espírito humano, por isso, da alma, da mente, do entendimento, da razão e mesmo do conhecimento. Mas o que tais afirmações querem dizer e em que medida a relação entre as línguas naturais e a história pode nos ajudar a compreendê-las? Eis as questões que pretendemos ao menos começar a responder a partir de agora.

Primeiramente, e com relação à obra que Leibniz está considerando, um leitor desavisado pode pensar que se trata de suposição idêntica à que faz Locke já no início do Livro III de seu **Ensaio sobre o entendimento humano** de 1690 (doravante **Ensaio**), a saber:

Pode ajudar-nos a aproximarmo-nos da origem das nossas noções e de nosso conhecimento (*the original of all our notions knowledge*) observar que nossas palavras dependem de ideias sensíveis comuns; [...] se remetêssemos os nomes às suas respectivas nascentes, constataríamos que, em todas as línguas (*language*), todos os nomes que representam coisas que estão diante dos sentidos surgem primeiro *das ideias sensíveis*. Podemos assim supor, até certo ponto, qual derivação e qual gênero de noção se encontravam na mente (*minds*) dos pioneiros das línguas; e como a natureza, mesmo na nomeação das coisas, sugere aos homens, inadvertidos, a origem e o princípio de todo o conhecimento (*the originals and principles of the all their knowledge*). [...] pois todas as nossas ideias se originam ou em objetos sensíveis de fora, ou em nossa experiência da operação de nosso próprio espírito (*operations of our own spirits*), da qual temos consciência (*conscious*) dentro de nós mesmos. (LOCKE, 2012 [livro III, cap. I, §5, Das palavras ou da linguagem em geral], p. 434-5).

Ou seja, para Locke uma pesquisa ou análise da significação exata das palavras e as operações do nosso espírito ou mente, nosso entendimento, e nosso conhecimento, deve partir da afirmação da dependência das palavras com relação às ideias sensíveis, daí objetos sensíveis de fora, ou da nossa experiência das operações de nosso próprio espírito ou mente; em consequência, em todas as línguas (*language*) todos os nomes que representam coisas que estão diante dos sentidos surgem primeiro das ideias sensíveis, o que podemos constatar ao remeter os nomes às suas respectivas nascentes (fontes ou origens), o que nos permitiria supor qual a derivação e qual gênero de noção se encontravam na alma, mente ou espírito dos que primeiro utilizaram línguas (*language*) e como, mesmo na nomeação das coisas, a natureza sugere aos homens a origem e o princípio de todo o conhecimento. Vale repetir que tudo isso é afirmado com relação àquele objetivo de aproximarmo-nos da origem das nossas noções e de nosso conhecimento, ou seja, tal pesquisa ou análise da significação exata das palavras, principalmente dos nomes, nos aproximaria da origem das nossas ideias e das operações

da nossa mente, o que está em pleno acordo com o objetivo geral do **Ensaio** e atesta a centralidade do livro III ou da investigação sobre a linguagem.

Ora, mas isso não quer dizer o mesmo que supor um espelhamento das línguas ou da linguagem com as origens das nossas noções e operações da mente ou espírito humano, portanto, Leibniz e Locke não estariam de pleno acordo sobre esse ponto? A resposta de Leibniz é categórica:

Acontece que nossas necessidades nos forçaram a deixar a ordem natural das ideias, pois esta ordem seria comum aos anjos e aos homens e a todas as inteligências em geral e deveria ser seguida por nós, se não considerássemos absolutamente nossos interesses³: foi preciso, então, ater-se àquela [ordem] que as ocasiões e os acidentes à qual nossa espécie está sujeita nos forneceu; e esta ordem não dá **a origem das noções**, mas [fornece], por assim dizer, **a história das nossas descobertas**⁴ (LEIBNIZ, 1984 [N.E., livro III, cap. I, Das palavras ou da linguagem em geral], p. 213, grifo nosso).

Ou seja, se as línguas naturais ou históricas constituem o melhor espelho da nossa mente ou do espírito humano devemos enfrentar o problema que elas parecem estar sujeitas ao que nos desviou de uma espécie de língua universal, no sentido de uma língua de todas as inteligências, elas guardam de algum modo a sujeição às necessidades e aos interesses a que estiveram sujeitos as almas, mentes ou espíritos humanos, a nossa espécie, isto é, possuem elementos associados ao ocasional e acidental e à perda das origens daquelas noções base do nosso conhecimento do ponto de vista das inteligências em geral; portanto, o que nos resta com relação à análise da significação exata das palavras a partir das línguas naturais ou históricas é buscar determinar a história das nossas descobertas. Todavia, antes de nos adiantarmos nesse sentido devemos resolver ao menos parte de um incômodo que certamente deve ter surgido naqueles leitores que

³ Leibniz certamente faz lembrar Calvino **Comentário sobre os Cinco livros de Moisés**, cf. NEF, 1995, p. 113.

⁴ Mais uma prova da unidade sistemática da investigação da linguagem empreendida nos N.E.; contra NEF (1995, p. 112 e 2000, 13), todavia, aqui fica claro a diferença de investigações e necessária “falta” de unidade de “pensamento” que se associariam à linguagem matemática ou lógica e às línguas naturais ou históricas, estas envolvem o ocasional (acaso) e acidental ou envolvem o arbitrário e indefinido, por isso a recusa da semiótica de Locke e a afirmação de certa falta de lugar da ciência das etimologias e dos usos das línguas, ou como dirá Leibniz no livro IV, cap. XXI: “*car la science de raisonner, de juger, d’inventer paraît bien différente de la connaissance des étymologies des mots et de l’usage des langues, qui est quelque chose d’indéfini et d’arbitraire*”. Além disso, Nef acerta apenas parcialmente quanto à afirmação que os N.E. seriam uma obra acabada na área de linguagem, melhor seria mencionar o **Brevis**, seja como for, erra ao supor a necessidade de unidade dos projetos de Leibniz, com relação às línguas naturais e artificiais e quanto à relação entre história, dinâmica e lei de continuidade, especialmente por não ter lido o último capítulo dos N.E., o que esperamos deixar claro na presente parte. Chamamos a atenção do leitor para o fato que as traduções dos textos de Leibniz serão feitas por nós tomando em conta as mencionadas entre parênteses, várias delas estão para serem publicadas em nosso livro **Leibniz e a Linguagem (I): línguas naturais, etimologia e história** ainda no prelo.

sempre viram em Leibniz o filósofo da língua universal ou da linguagem como cálculo.

Vale lembrar, no sentido daquele incômodo, no entanto, que antes da afirmação que mencionamos acima, Leibniz já havia advertido inclusive que:

Creio que, de fato, sem o desejo de nos fazermos entender jamais teríamos formado linguagem (*langage*)⁵; mas, uma vez formada, ela ainda serve ao homem para raciocinar por si mesmo, tanto pelo meio que as palavras [ou expressões (*mots*)] lhe dão de se recordar dos pensamentos abstratos quanto pela utilidade que encontramos quando nos servimos de caracteres e de pensamentos surdos para raciocinar⁶; pois seria preciso tempo demais se fosse necessário tudo explicar e sempre substituir as definições no lugar dos termos. (LEIBNIZ, 1984 [N.E., livro III, cap. I], p. 212).

Ou seja, primeiramente, o que faz a diferença entre a linguagem dos homens e a de quaisquer animais é que somente a nossa espécie deseja se fazer entender, e depois de criada a linguagem humana, ou os idiomas, ou seja, depois de perdida aquela linguagem universal ou das inteligências em geral, é que a linguagem especialmente pelo uso que faz de caracteres pôde servir ao homem para raciocinar, o que deve ser considerado como principal se o que estamos tentando entender se refere a quais as operações do nosso entendimento ou razão. Quer dizer, além de tudo, que se podemos formular linguagens ou línguas artificiais muito similares às dos cálculos que fazemos em Aritmética, em Álgebra e Combinatória, que servissem melhor aos homens para raciocinar, tal invenção é tardia e sua investigação, o que fará Leibniz recusar a semiótica de Locke no último capítulo dos N.E., deve ser feita em separado da das línguas naturais ou históricas que contém muitos equívocos e que se relacionam ao indefinido e arbitrário.

Portanto, é justamente aquela recusa das bases da investigação empreendida por Locke que leva Leibniz a também recusar a divisão das ciências proposta ao final do **Ensaio**, ou como ele mesmo dizia:

⁵ Se pensarmos na “Carta de Leibniz a Des Bosses (31/07/1709)” (cf. referências bibliográficas), eis talvez um dos motivos, com relação à faculdade de linguagem, da descontinuidade evolutiva da raça humana com relação aos outros animais: somente os homens possuem o desejo de se fazerem entender.

⁶ Cf. N.E., livro IV, todo o cap. VII, especialmente § 10, quando Leibniz discute a não imediatez da verdade “dois mais dois são quatro”. Eis, novamente, a prova da unidade sistêmica da investigação não de “pensamento” sobre a linguagem empreendida por Leibniz nos N.E., o que mais uma vez comprova a pertinência da sistematização feita em seu último capítulo. A investigação sobre as línguas históricas, que são um misto de convenção e natureza, ou seja, o estudo da filologia ou das etimologias das palavras e uso das línguas, e que associa a história das línguas com a das nações, não deixa de atentar para a diferença dos fundamentos de uma língua artificial que significaria pensamentos abstratos, concepções interiores abstratas, pensamentos surdos ou vazios de inteligência, não deve deixar de considerar aquilo que tem mais a ver com a ciência de raciocinar, de julgar e inventar associada à Lógica e às Matemáticas e, se não nos enganamos, é esse o grande tema de seu livro IV. Sobre a expressão “pensamentos surdos” cf. a nota 31 do livro II e 2 do livro III da tradução dos N.E. para o espanhol feita por Echeverría Ezponda que, ambas, deixam claro tratar-se de analogia com os caracteres surdos da Álgebra.

Esta divisão [em filosofia natural, filosofia prática e semiótica (ou doutrina dos signos)] já gozou de renome entre os antigos, pois na lógica eles englobavam também, como fazeis vós [Locke], tudo o que relacionamos com as palavras e com a explicação dos nossos pensamentos (*pensées*): *artes dicendi*⁷. Todavia, existe uma certa dificuldade nisso. Com efeito, a ciência de raciocinar, de julgar e de inventar parece muito diferente do conhecimento das etimologias das palavras e do uso das línguas, que constitui algo de indefinido e arbitrário (*d'indéfini et d'arbitraire*). (LEIBNIZ, 1984 [N.E., livro IV, cap. XXI, A divisão das ciências], p. 428).

Ou seja, a crítica mais geral de Leibniz a Locke foi que, além de inglês não compreender o quão longe se pode ir com o estudo etimológico, como veremos, ele teria confundido elementos das línguas naturais ou históricas, dos idiomas, daquilo que envolve algo de indefinido e arbitrário ou o ocasional e acidental, com elementos diretamente associados ao que costumávamos chamar de lógica ou mesmo matemática, entendidas como ciências de julgar, de inventar e de raciocinar; associados ao que teria sido criado bastante tempo depois e que se relacionaria ao auxílio que as línguas prestaram ao homem para raciocinar, seja porque as palavras ou expressões lhe permitem se recordar dos pensamentos abstratos, seja porque sugeriu a utilização de caracteres e de pensamentos surdos para raciocinar; dito de outro modo, Locke teria confundido o indefinido e arbitrário das línguas naturais históricas com o que faz a base de línguas artificiais como as utilizadas na Aritmética, Álgebra e Combinatória, línguas artificiais que, por não poderem conter elementos indefinidos e arbitrários, podem desempenhar o papel de cálculo; o que certamente prejudicará a teoria da significação do inglês especialmente quando o assunto for matemática ou lógica, ou seja, especialmente com relação ao que faria o pano de fundo do livro IV de seu **Ensaio**. Ainda com relação ao espelho do espírito humano e aquela perda das noções originais referentes, agora sim, às línguas naturais ou históricas vale lembrar que para Leibniz:

No entanto, a maior parte [da origem ou raiz primeira dos vocábulos] é arrastada pelo tempo; assim, as antigas e as primitivas (*nativæ*) significações (*significationes*) são modificadas ou obscurecidas pelas numerosas versões (*translationes*). De fato, [e contra Locke,] as línguas nem surgiram *ex instituto* [nem], por assim dizer, foram estabelecidas por convenção; mas certo ímpeto natural nascido dos homens, dos sentimentos (*affectus*) e paixões (*motus*) que se ajustam aos sons [as fez surgir]⁸. Eu excluo [dessa caracterização] as *línguas*

⁷ “Artes de falar”, ou seja, Gramática, Retórica e Lógica ou Dialética, referência ao *Trivium*.

⁸ Como já o indicamos, nos N.E. (livro III, cap. II, § 1) Leibniz retoma essencialmente parte da mesma questão, ou seja, se a linguagem é “por natureza” ou “por convenção”; questão que havia sido enunciada no diálogo **Crátilo** (383 a) de Platão (427-347 a.C.) e reaparecia no **De Interpretatione** (16a 20) de Aristóteles (385-322 a.C.). Assim como o personagem Crátilo, lá Leibniz defendia que a linguagem é também, mas não só, “por natureza” e contra Locke que, assim como Hermógenes, defendia que a

*artificiais*⁹ [...]. Mas, nascidos pouco a pouco conforme a ocasião, os vocábulos surgem nas línguas a partir da analogia do som emitido (*vox*) com os sentimentos (*affectus*); de algum modo a sensação é comparada com a coisa. Tenho para mim que não foi de outro modo que [mesmo] *Adão* atribuiu nomes. (LEIBNIZ, 2012 [*Brevis*], p. 2 do original).

Ou seja, para além da discordância parcial com o Hermógenes de Platão, e a partir deste com Locke, diferentemente das artificiais, que podem desempenhar o papel de cálculo e por isso mesmo são de fundamental importância para compreender as operações do entendimento humano associadas ao raciocínio, as línguas naturais ou históricas são um misto de convenção e natureza e o espelhamento com o espírito humano, se ele existe, se daria principalmente por conta de terem sido geradas a partir de certo ímpeto natural e o mesmo pode ser dito de Adão, e esta última consideração se liga a questões da ordem da teoria política da época que farão retornar, agora a partir de estudo histórico-etimológico, algumas das afirmações feitas por Filmer como veremos na próxima parte. Mas, voltando ao que dizíamos, desse modo, as línguas naturais ou históricas teriam origem nos sentimentos (*affectus*) e paixões (*motus*) que se ajustam aos sons, ou seja, da analogia do som emitido (*vox*) com os sentimentos (*affectus*) e paixões (*motus*)¹⁰.

Vejam que a *análise das palavras (l'analyse des mots)* das línguas naturais ou históricas que pretende empreender Leibniz nos capítulos I a III do livro III dos **N.E.** tem pouco a ver com a investigação da origem das noções mais básicas que se encontrariam em nossa alma, mente, espírito, razão e de nosso conhecimento no sentido

linguagem é apenas arbitrária (*ex instituto*); tanto aqui, quanto nos **N.E.**, fica explícito o fato que Leibniz admite a existência da arbitrariedade e casualidade junto à necessidade natural da determinação dos significados das palavras.

⁹ Com isso Leibniz afasta do presente texto um vasto campo, no qual ele próprio trabalhou muitíssimo, da discussão sobre as línguas artificiais e sua relação com as matemáticas e lógica ou com a arte de inventar e julgar; levando em conta o que é dito no **N.E.** IV, XXI, a diferença entre as investigações é que as etimologias das palavras e do uso das línguas envolvem o arbitrário e indefinido; mais abaixo ele também afastará a parte da longa discussão sobre a origem adâmica das línguas que dizia respeito a uma significação essencial, como para, dentre outros, Jacob Boehme (1575-1624), Johannes Rouchelin ou Reuchlin (1455-1522), Philipus Aureolos Theophrastus B. Von Hohenheim ou simplesmente Paracelso (1493-1541), e passará a tomar como ponto de partida as línguas que teriam como origem os filhos de Noé e que permitiriam pensar a significação de um ponto de vista natural como a partir da língua teutônica. Sobre o que queremos dizer com natural, vide a nota seguinte.

¹⁰ Ou como afirmava para Sparvenfeld: “Como não existe nada sem razão [ou motivo], não duvido nem um pouco que quando os homens deram nomes às coisas, eles só fizeram seguir suas paixões (*passions*) e imaginações (*imaginations*) quando o objeto as excitava e quando não as tinham expressas por sons (*sons*) que tinham relação com isso; imagino que não só Adão, mas também os outros homens, com frequência, quiseram *onomatopéizar (onomatopoein)* quando encontravam novos objetos e, embora acredite que muitas palavras vêm de uma língua primitiva, [acredito] que muitas outras tenham sido inventadas a partir do encontro de nações e raças” **L’harmonie des langues**, edição apresentada, traduzida e comentada por Marc Crépon. Paris: Éditions du Seuil, Janeiro 2000, carta XX, p. 163.

que o toma Locke, por isso o alemão faz duas distinções fundamentais: (I) devemos diferenciar (1) a investigação que diz respeito às línguas artificiais que podem desempenhar o papel de cálculo da (2) das línguas naturais ou históricas, do que já tratamos, e (II) devemos diferenciar a investigação (3) dos aspectos materiais da (4) dos aspectos formais das palavras, ou como precisa o próprio Leibniz, diferenciar (3') os aspectos materiais das palavras referentes a línguas específicas dos (4') aspectos formais referentes à significação que é comum às diversas línguas¹¹ (LEIBNIZ, 1984 [N.E., III, II], p. 221-2).

Assim, podemos tirar uma conclusão parcial de tal encadeamento de afirmações; do ponto de vistas de Leibniz, deve haver diferenças fundamentais entre determinar o espalhamento entre as línguas e o espírito humano bem como o tipo de auxílio que poderíamos ter para conhecer as operações do entendimento (I) se partirmos de línguas naturais históricas, os idiomas, e (II) se partirmos de línguas artificiais que podem desempenhar o papel de cálculo; as primeiras conservam elementos arbitrários e indefinidos que impedem o cálculo e das quais se pode dizer:

Nos é desconhecida a língua de Adão, ou pelo menos sua significação, que alguns¹² pretendem conhecer como também [quanto aos aspectos formais] poder intuir as essências das coisas nos nomes impostos por ele [Adão]. Ainda que as línguas [naturais ou históricas, os idiomas] sejam sumamente úteis para raciocinar, estão submetidas, entretanto, a inumeráveis equívocos e não podem cumprir a função de cálculo, isto é, não podem revelar os erros de raciocínio através da formação e construção das palavras [...]. E na verdade esta admirável vantagem a oferece até aqui unicamente os signos empregados por aqueles que se dedicam a Aritmética e a Álgebra, em que todo o raciocínio consiste no uso de caracteres e onde o erro é igual aos de cálculo. (LEIBNIZ,

¹¹ “§ 2. FILALETO. Este plano (*dessein*) é de consequência, mas agora está na hora de deixar o [aspecto] **material das palavras** e de voltar ao **formal**, isto é, à significação que é comum às diferentes línguas” justamente com relação ao aspecto formal se revelará o desacordo profundo entre Leibniz e Locke, tendo em vista que para o alemão as semelhanças ou similitudes têm sim realidade e é nelas que se fundam os agrupamentos, os gêneros ou espécies. Quanto ao que, vale lembrar, em primeiro lugar, que é só no **Ensaio III, III**, parágrafo §13, que Locke mencionará o termo latino ‘*similitude*’, traduzido por Leibniz pelo francês ‘*ressemblance*’; em segundo lugar, esquecendo da própria crítica a Locke, será essa a resposta contrária dada pelo próprio para aqueles que viram em Leibniz um nominalista, como Benson Mates em **The Philosophy of Leibniz: Metaphysics and Language** e Frédéric Nef em **Leibniz et le langage**, grandemente disfarçada de incompreensão das consequências nominalistas que Locke havia extraído de sua argumentação. A resposta última de Leibniz aparecerá ao final dos **N.E. III, III**, §14, a saber: “que os homens reúnam tais ou quais ideias ou não, e mesmo que a natureza as reúnam atualmente ou não, isto não faz nada para [ou em nada afeta] as essências, gêneros ou espécies, visto que não se trata senão de possibilidades que são independentes de nosso pensamento”, de pleno acordo com o conhecimento intuitivo que o deus leibniziano tem da essência de todas as coisas, as que a tem, obviamente, ou de sua ciência de simples ou pura inteligência ou, inclusive, do que se pode conhecer referente à região dos possíveis ou palácio dos destinos.

¹² Certamente trata-se de recusa do ponto de vista de Boehme e outros já mencionados, mas é preciso tomar cuidado e não ir longe demais quanto à recusa da importância da figura de Adão para Leibniz, como nos parece que faz Nef em 1995, p. 114 e 2000, p. 17-23.

1982 [Olaso (org.), Signos e cálculo lógico], p. 189)¹³.

E somente das segundas, ou seja, das artificiais que podem cumprir o papel de cálculo, se pode dizer:

E ainda que recentemente alguns homens eminentes tenham imaginado certa língua universal ou característica universal, segundo a qual [inclusive quanto aos aspectos formais] se ordenam perfeitamente todas as noções e coisas [...], contudo, ninguém alcançou a língua ou característica na qual estão contidos o método para inventar [ou descobrir] e o método para julgar [ou avaliar], isto é, a língua [artificial] cujas notas ou caracteres garantiriam o mesmo que a notação aritmética dos números assim como a notação algébrica das magnitudes tomada em abstrato. E como Deus forneceu ao gênero humano estas duas ciências, parece que quis nos advertir especialmente de que **em nosso entendimento** se escondia um segredo muito mais importante do qual essas ciências são só a sombra. [...] Como me dediquei com bastante intensidade a esse estudo me encontrei forçosamente nessa admirável ideia que **se pode descobrir certo alfabeto dos pensamentos humanos e que mediante a combinação das letras desse alfabeto e a análise das palavras formadas dessas letras podiam descobrir-se e julgar-se, respectivamente, todas as coisas.** (LEIBNIZ, 1982 [Olaso (org.), História e elogio da língua ou característica universal], pp. 165-6-7, grifo nosso)¹⁴.

Assim, as línguas que espelhariam aquela face do entendimento, que explicitariam tal segredo, não são propriamente as naturais ou históricas; mais um motivo para recusar a semiótica proposta por Locke no último capítulo do **Ensaio**. Obviamente, tendo em vista a questão que nos colocamos aqui, não é propriamente de tal característica universal ou linguagem artificial que pretendemos tratar, na verdade o que queremos intensificar é a reabilitação da figura de Adão na discussão sobre as

¹³ “*Lingua Adamica vel certe vis ejus, quam quidam se nosse et in nominibus ab Adamo impositis essentias rerum intuire posse contendunt, nobis certe ignota est. Linguae vulgares etsi plurimum prosint ad ratiocinandum, attamen innumeris aequicotationibus sunt obnoxiae, Nec officium calculi facere possunt, nempe ut errores ratiocinationis ex ipsa vocabularum formatione et constructione detegi possint, tanquam soloecismi et barbarismi. Quod sane admirabile beneficium hactenus solae praestant notae Arithmeticonum et Algebristarum, ubi ratiocinatio omnis in usu characterum consistit et idem est error animi que calculi*”. (LEIBNIZ, GP VII, pp. 204-5).

¹⁴ *Et quanquam dudum egregii quidam Viri excogitaverint Linguam seu Characteristicam Universalem, qua notiones atque res omnes pulchre ordinantur et cujus auxilio diversae nationes animi sensa communicare et quae scripsit alter in sua quisque lingua legere queat, nemo tamen aggressus est linguam sive Characteristicam, in qua simul ars inveniendi et judicandi contineretur, id est cujus notae sive characteres praestarent idem quod notae arithmeticae in numeris et Algebrae in magnitudinibus abstracte sumtis; et tamen videtur Deus, cum has duas scientias generi humano largitus est, admonere nos voluisse, latere in nostro intellectu arcanum longe majus, cujus hae tantum umbrae essent. [...] Cui studio cum intentius incumberem, incidi necessario in hanc contemplatione admittendam, quod scilicet excogitari posset quoddam Alphabetum cogitationum humanarum, et quod literarum hujus Alphabeti combinatione et vocabulorum ex ipsis factorum analysi omnia et inveniri et adjudicari possent. Hoc ego deprehenso mirifice exsultavi, puerili quidem gaudio, nam tunc rei magnitudinem non satis capiebam.* (LEIBNIZ, GP VII, pp. 184-5).

línguas naturais ou históricas e as consequências políticas de tal reabilitação. De qualquer modo, e para que não restem dúvidas que mesmo os aspectos sintáticos associados às preposições ou algo que o valha das línguas naturais ou históricas também se associam àqueles elementos arbitrários e indefinidos, gostaríamos de encerrar este movimento com a seguinte afirmação de Leibniz:

Será bom, todavia, considerar **esta analogia das coisas sensíveis e insensíveis** que serviu de fundamento aos **trópos**: é isso que se entenderá melhor ao considerar um exemplo muito importante tal qual é o que fornece o uso das **preposições**, como **a, com, de, diante de, em, fora, por, para, sobre, em direção a** [...]; e como estas analogias são extremamente variáveis e de maneira alguma dependem de algumas noções determinadas, disso resulta que as línguas [naturais ou históricas, os idiomas,] variam muito no uso destas **partículas** e dos **casos**, que as preposições governam, ou mesmo nos quais elas se encontram subentendidas e virtualmente compreendidas. (LEIBNIZ, 1984, [N.E., livro III, cap. I, As palavras ou a linguagem em geral], p. 214).¹⁵

Não parece possível determinar universalmente o espelhamento de tais variações, como pretendiam a Gramática de Port Royal ou o inatismo de tipo chomskyano (ao menos o pensado até 1982), que esperavam, a partir de investigação das línguas naturais ou históricas, determinar a gramática universal da mente ou razão humanas. Esclarecido isso, passemos a discutir o quão problemática era a reabilitação da figura de Adão com relação à obra de um Filmer, ao que, depois, passaremos a problematizar, mesmo que de modo introdutório, que papel desempenha o estudo das línguas naturais e históricas, o estudo das etimologias, quando se trata de fazer história e quais as consequências para a controvérsia Leibniz-Locke do ponto de vista político.

I parte: Locke e o patriarcalismo de Filmer

Gostaríamos de iniciar esse segundo movimento lembrando algumas das teses de Filmer e a resposta que recebeu de Locke quanto ao papel que a figura de Adão e sua linhagem podiam representar para a teoria política da Época.

Antes de apresentar sua teoria positiva da origem e extensão do poder civil,

¹⁵ A extrema variabilidade daquelas analogias e a falta das noções determinadas quando se trata das línguas naturais ou históricas deveriam afastar o inatismo linguístico de Leibniz seja da **Gramática de Port Royal** de Arnauld e Lancelot seja da **Linguística cartesiana** de Chomsky, mas principalmente do que afirmava Locke do **Ensaio**, III, VII, §7.

John Locke (1632-1704) dispõe-se a refutar sir. Robert Filmer¹⁶, autor do livro **Patriarcha**, obra na qual defende o direito divino e natural dos reis governarem, da mesma forma como um pai teria o direito de governar seus filhos. Filmer tinha por objetivo estabelecer o poder político como derivado do paterno, além de negar a liberdade natural dos homens e defender a monarquia absolutista como a forma de governo legítima, com o rei estando por direito natural acima das leis positivas. Com esse intuito, ele recruta passagens bíblicas, sobretudo do **Gênesis**, como então era comum nas disputas políticas. As obras de Filmer, em especial o **Patriarcha**, voltaram a ser impressas e discutidas pelos realistas quando a crise de Exclusão¹⁷ se acentuou na Inglaterra, por volta de 1679-80.

O autor do **Patriarcha** argumentava que Deus havia concedido a Adão propriedade sobre toda a terra, bem como autoridade ilimitada sobre sua descendência. Para Filmer, o poder político deriva do poder paterno, desse modo, assim como um pai possui domínio e autoridade natural sobre os seus filhos, o rei, que seria como o pai do povo, dispõe da mesma autoridade em relação aos seus súditos; também considerava que os primeiros monarcas teriam sido pais de família, a exemplo de Adão, Noé e Abrão etc., ou como ele mesmo dizia:

Este senhorio, que Adão possuía sobre o mundo inteiro, pela criação e que os patriarcas desfrutavam por direito de descendência, foi tão grande e amplo quanto o mais absoluto domínio que qualquer monarca possuiu desde a criação. Pelo poder de vida e morte, sabemos que Judá, o pai, pronunciou sentença de morte contra Tamar, sua nora, por ter se prostituído. [...] Estes atos, de julgar em casos de pena capital, de fazer guerra e concluir acordo de paz, são as principais características da soberania, os quais são encontrados em qualquer monarca¹⁸.

¹⁶ Robert Filmer (1588-1653) foi um dos principais autores da corrente política do patriarcalismo; segundo Silva, “Essa corrente foi denominada de patriarcalismo por advogar que o poder real consistia apenas em uma extensão do poder paternal, cuja finalidade era assegurar aos reis um domínio absoluto, acima de tudo e de todos, inclusive das leis” (2013, p. 33). Nesse sentido, os súditos seriam como crianças regidas por seus pais e somente poderiam dispor de algum bem pela concessão dos monarcas. defensor da origem divina do poder dos reis, argumentava que os primeiros reis também foram pais de família. Filmer redigiu diversos escritos nos quais procurou analisar e refutar autores como John Milton, Thomas Hobbes, entre outros. Sua principal obra, o **Patriarcha or the natural power of kings**, foi escrita provavelmente em 1637-8, mas foi publicada apenas postumamente, em 1680.

¹⁷ A crise se deu entorno de uma lei apresentada pelo partido *Whig*, Lei de Exclusão (*Exclusion Bill*), com a pretensão de excluir James II, *Duke of York*, da linha de sucessão ao trono inglês, por ele ser católico. James II então era o próximo na linha de sucessão, já que seu irmão, rei Carlos II, não possuía herdeiros legítimos.

¹⁸ *This lordship which Adam by creation had over the whole world, and by right descending from him the patriarchs did enjoy, was as large and ample as the absolutest dominion of any monarch which hath been since the creation. For power of life and death we find that Judah, the father, pronounced sentence of death against Tamar, his daughter-in-law, for playing the harlot. [...] These acts of judging in capital causes, of making war, and concluding peace, are the chiefest marks of sovereignty that are found in any monarch* (FILMER, 2004, p. 7).

Como podemos observar na passagem acima, Filmer sustenta que o direito dos monarcas advém do fato de serem herdeiros de Adão e dos primeiros reis, os quais eram pais das primeiras famílias das quais se originaram as nações, o que conferia a eles autoridade régia sobre o povo¹⁹. Sua soberania os permitiria, entre outras coisas, aplicar pena capital, fazer guerra ou fechar acordos de paz com outros povos. Dito isso, o poder político, para Filmer, seria derivado do poder paterno. A partir desse fundamento, não restariam dúvidas de quem estaria com a razão nas disputas entre o rei e os súditos, nem se esses últimos poderiam impedir um príncipe, o qual possuiria direito hereditário ao trono, de assumir a coroa e de exercer domínio absoluto sobre o reino.

Locke, provavelmente sob a influência de lorde Anthony Ashley, o primeiro conde de Shaftesbury²⁰, teria começado a escrever os **Dois tratados sobre o governo** justamente com o intuito de refutar Filmer e estabelecer a origem do poder civil sobre outros fundamentos²¹. Um ponto de importância capital, para Locke, era não deixar dúvidas de que a autoridade política não derivaria do poder paterno e, portanto, não teria sido transmitida em linha de sucessão de Adão até os últimos reis; mas sim, do **consentimento** entre homens livres, os quais decidiriam viver, por vontade própria, sob um regime político. Esse direito de escolher viver em um determinado regime político estaria fundado na liberdade e igualdade naturais dos homens²².

Assim, para estabelecer as bases de sua teoria política, tendo em vista a influência que o **Patriarcha** obtivera no debate político de sua época, fazia-se necessário refutar essa obra, assim como fizeram antes dele outros autores do

¹⁹ “[...] de fato, não apenas Adão, mas os patriarcas que a ele sucederam, tiveram, por direito de paternidade, autoridade real sobre seus filhos (*indeed not only Adam but succeeding patriarchs had, by right of fatherhood, royal authority over their children*)” (FILMER, 2004, p. 6).

²⁰ Lorde Anthony Ashley Cooper (1621-1683), tornou-se o primeiro conde de Shaftesbury em 1672; foi uma das figuras políticas mais importantes de seu tempo na Inglaterra, defendia os interesses do Parlamento e de seu partido *Whig*, nas disputas com o rei Carlos II. Locke trabalhou para lorde Ashley, primeiro como médico particular, e posteriormente como secretário e conselheiro político. Laslett acredita que Locke tenha começado a escrever os **Dois tratados** sob influência de Shaftesbury, o qual, sem dúvidas, exerceu enorme influência no pensamento político de Locke. Ainda segundo Laslett, Locke e Shaftesbury trocaram diversos livros, incluindo de Filmer, quando Locke começara a escrever sua obra sobre o governo.

²¹ Segundo Laslett, nas concepções de poder político e paterno, “Leibniz aparentemente incluía numa mesma classificação os **Dois tratados** e o **Leviatã**, em contraste com o **Patriarcha**, e não tinha a menor dúvida de que Filmer era o alvo de Locke no livro todo” (LOCKE, 2005, p. 101). Laslett também defende que Filmer seria o alvo de Locke no livro todo, ainda segundo esse comentador, seria comum leitores dos **Dois tratados** confundirem críticas de Locke a Filmer como sendo feitas a Hobbes.

²² “Sendo todos os homens, como já foi dito, naturalmente livres, iguais e independentes, ninguém pode ser privado dessa condição nem colocado sob o poder político de outrem sem o seu próprio *consentimento*” (LOCKE, 2005, II, § 95).

alinhamento político Whig²³. Desse modo, Locke dedica seu **Primeiro tratado**²⁴ a cumprir esse fim e, no início do **Segundo tratado**, ele resume sua refutação de Filmer do seguinte modo:

Tendo sido mostrado no discurso precedente²⁵, (1°) Que Adão não tinha, nem por direito natural de paternidade nem por doação positiva de Deus, autoridade alguma sobre seus filhos ou domínio sobre o mundo, como se pretende; (2°) Que, se ele a tivesse, seus herdeiros, contudo, não teriam direito a ela; (3°) Que, caso seus herdeiros a tivessem, por não haver lei da natureza ou lei positiva de Deus que determine qual é o legítimo herdeiro em todos os casos que possam surgir, o direito de sucessão, e conseqüentemente de deter o mando, não poderia ter sido determinado com certeza; (4°) Que, mesmo que houvesse sido determinado, ainda assim o conhecimento de qual é a linhagem mais antiga da descendência de *Adão* foi há tanto tempo completamente perdido que em todas as raças da humanidade e famílias do mundo não resta, a nenhuma mais que a outra, a menor pretensão a ser a casa mais antiga e a ter o direito de herança (LOCKE, 2005 [II, § 1], p. 379-380).

Podemos notar que Locke procura refutar Filmer definitivamente. Ele não se contenta em refutar a base da teoria filmeriana quanto a Adão ter o direito natural e por doação divina a autoridade sobre sua descendência e domínio sobre o mundo; ao contrário, ele teria agregado novos e mais contundentes argumentos, cada um cobrindo a possível refutação que o anterior viesse a sofrer. Assim, caso os três primeiros fossem refutados, o quarto ainda permaneceria com sua força intacta, já que não obtém sua validade dos precedentes.

Certamente, Locke não acreditava ser possível que alguém remontasse a linhagem mais antiga de Adão e nem mesmo a de Noé, ou algum de seus filhos, devido à longa distância entre seu tempo e o dilúvio e a impossibilidade de existir documentos que de fato atestassem uma linhagem tão antiga; pois, no **Segundo tratado**, quando procura responder às críticas de que não existiria registro de sociedades que surgiram

²³ Partido liberal do qual Locke e Shaftesbury faziam parte. Os *Whigs* surgiram em meio à crise de exclusão, em 1680, defendiam uma monarquia constitucional e que o parlamento controlasse as prerrogativas do rei, além de tolerância política e religiosa, ver: (SILVA, 2013, p. 34).

²⁴ Laslett defende que Locke começou a escrever o **Segundo tratado** antes do **Primeiro tratado**. Para esse comentador, Locke havia começado a escrever o Segundo tratado em 1679, mas com a publicação do Patriarca em 1680, viu-se obrigado a escrever o **Primeiro tratado**, com o intuito de refutar Filmer ponto por ponto. Diz-nos Laslett: “Não é preciso investigar a fundo para encontrar as razões que o levaram a isso. Foi a publicação do **Patriarcha**, em janeiro de 1680, juntamente com o enorme crescimento da influência de Filmer, que prosseguiu por todo aquele ano. A refutação que originalmente planejava se mostrava insuficiente, pois deixava de abordar a obra mais importante do homem a quem se propunha criticar e não continha a refutação frase a frase que, reconhecia, agora se fazia necessária” (LOCKE, 2005, p. 86).

²⁵ O “discurso precedente” é o **Primeiro tratado sobre o governo**, no qual Locke segue o itinerário resumido por ele no início do **Segundo tratado**, só que de maneira detalhada e mesmo prolixa, com várias e longas citações de Filmer além de repetitivos argumentos contra o autor do **Patriarcha**.

por consentimento entre homens livres, um dos argumentos utilizados por ele para responder a essa objeção é que no início das sociedades não haveria registro escrito e somente após um certo período, quando suas necessidades mais básicas estariam supridas, é que um povo começaria a estudar a história de seus fundadores²⁶. Portanto, não existiriam documentos que comprovassem suficientemente qual a casa mais antiga e quem teria o direito de governar a humanidade como herdeiro legítimo de Adão.

Em uma outra passagem, ainda no **Segundo tratado**, quando retruca a objeção de que todos os homens nascem sob um governo e por isso não estariam livres para iniciar um novo, Locke argumenta supondo absurdo que, seguindo esse princípio, não poderia haver mais que uma única monarquia no mundo; diz-nos o filósofo *Whig*:

De modo que, de acordo com este princípio deles mesmos, ou bem todos os homens, como quer que tenham *nascido*, são *livres*, ou bem **existe apenas um príncipe legítimo, um único governo legítimo no mundo. E então nada mais lhes compete fazer senão mostrar-nos qual seria este**. E, depois que o façam, não duvido que toda a humanidade concordará em prestar-lhe obediência (LOCKE, 2005 [II, § 113], p. 487, grifo nosso).

Assim, supondo o absurdo da afirmação que deve existir “apenas um príncipe legítimo, um único governo legítimo no mundo” ou, dito de outro modo, que os homens nasceram devendo obediência a um governo único que deveria remontar a Adão, resta que os homens nascem livres e podem escolher o governo ao qual vão se submeter. Se se aceita aquela origem única do governo, aparece, entre outros, o problema de qual seria a pessoa que tem direito a esse poder. Dito isso, já no **Primeiro tratado**, Locke afirma a esse respeito:

E, por conseguinte, embora a submissão ao governo seja dever de cada um, dado que tal não significa senão a submissão às diretrizes e às leis dos homens que dispõem de autoridade para comandar, não basta converter um homem em súdito para convencê-lo da existência de um régio poder no mundo, mas deve haver meios de designar e conhecer a pessoa a quem esse régio poder pertence de direito; e nunca pode um homem ser obrigado em sua consciência a submeter-se a poder algum, salvo se lhe for dado saber quem é a pessoa que tem o direito de exercer esse poder sobre ele (LOCKE, 2005 [I, § 81], p. 290).

²⁶ “O governo é, por toda parte, anterior aos registros, e raramente a escrita se introduz num povo antes que um longo período de sociedade civil tenha provido, por outras artes mais necessárias, segurança, conforto e abundância. E então começam os povos a estudar a história de seus *fundadores* e a procurar suas *origens*, após terem sobrevivido à lembrança de tais fatos – pois passa-se com as comunidades o mesmo que com as pessoas particulares, que costumam ignorar seu próprio nascimento e infância” (LOCKE, 2005, II, § 101). Eis o ambiente perfeito para as histórias fabulosas, o anterior à escrita e aos documentos, justamente o desafio que Leibniz pretende enfrentar a partir de ferramentas da etimologia e filologia ou do que hoje denominamos linguística histórica.

Assim, Locke certamente era contrário à tese que deveria existir apenas um monarca absoluto no mundo, a que todos as pessoas deveriam obediência. Na passagem acima, sua tentativa parece ser evidenciar que seguindo os princípios apresentados por Filmer, e por todo aquele que defenda que a origem do poder civil provém de um suposto direito de Adão a um poder absoluto sobre sua descendência e que esse fosse transmitido por linha de sucessão pelo direito de primogenitura, não poderia existir mais de um rei legítimo na terra, os demais não passando de usurpadores. De todo modo, caso essa fosse a origem e a forma de transmissão do poder civil, restaria àqueles que pretendem defender tal hipótese “mostrar-nos qual seria este” monarca, pois, sem poder saber qual seria a pessoa que teria esse poder régio, os homens estariam desobrigados de obedecê-lo.

III Parte: Da harmonia dos povos e das línguas ou da defesa da monarquia alemã

Gostaríamos de iniciar o terceiro movimento da nossa fala a partir de uma afirmação feita por Leibniz na mesma parte da obra que tem sido nosso objetivo problematizar, a saber:

Ora, todas estas línguas da Cítia têm muitas raízes comuns entre elas e com as nossas, e acontece que mesmo a arábica (sob a qual devem estar compreendidas a hebraica, a antiga púnica, a caldeia, a siríaca e a etíope dos abissínios) tem um número tão grande delas [, dessas raízes comuns,] e de uma concordância tão manifesta com as nossas [europeias] que não se poderia atribuí-la [, tal concordância,] meramente ao acaso, nem mesmo ao mero comércio, mas de preferência às migrações dos povos. **De modo que não há nada nisso que combata e que não favoreça preferivelmente a opinião da origem comum de todas as nações, e de uma [única] língua radical e primitiva**²⁷. Se o hebraico²⁸ ou o árabe chegam mais perto disso, ela

²⁷ Não é a toa que esse estudo será a base para a resposta de Leibniz quanto a se podemos remontar ou não à língua de Adão, problema que será lembrado logo a seguir; em certa medida podemos, desde que não esqueçamos a ocorrência de eventos semelhantes ao dilúvio narrado no **Genesis** e que levemos em conta as migrações dos povos; como veremos, isso levará Leibniz a conclusões que vão contra o que Locke pensava em política.

²⁸ Vale notar a segunda menção à língua hebraica e a arábica e à suposição que se o hebraico se aproxima mais daquela língua única radical e primitiva é porque esta deve estar muito alterada ou corrompida, o que atesta a apropriação da **Tora** que passará a integrar a **História Santa**, outra maneira de atestar tal deslocamento pode ser verificada no papel secundário, ou seja, a ser completado pelo *fatum christianum*, que desempenhará o *fatum mahumetanum* no início dos **E.T.**, o que culminará na reorientação dos mitos dos §136-143, incluindo o papel secundário atribuído a Sem ou Cam em oposição a Jafé. Com isso não vemos como corroborar a afirmação de Nef, que inclusive confunde Cam com Set (1995, 113), para quem Leibniz estaria tentando se livrar dos elementos ideológicos associados em geral ao tipo de empreitada dos defensores do Hebraico como língua original, na verdade trata-se da construção de uma outra narrativa, outra ideologia, onde os filhos de Jafé, os celto-citas, ocupariam lugar central.

deve estar no mínimo bem alterada, e parece que o teutão²⁹ tem mais preservado do natural, e (para falar a linguagem de Jacob Boehme³⁰) da adâmica: pois, se tivéssemos a língua primitiva em sua pureza, ou conservado suficientemente para ser reconhecível, seria preciso que aí aparecessem os motivos das conexões, sejam físicas, sejam de uma instituição arbitrária, sábia e digna do primeiro autor³¹. (LEIBNIZ, 1984, [N.E., livro III, cap. II], p. 218, grifo nosso).

Trata-se de uma afirmação feita no centro do capítulo II, daquele mesmo livro III, dos N.E., e que atesta o que também está em jogo no modo como Leibniz conduz suas investigações etimológicas e filológicas. O que tal afirmação supõe é que há uma relação bastante estreita entre a existência provável de uma única língua radical primitiva, as migrações dos povos ou nações e que é possível, a partir de investigação da associação e história dos vocábulos, de suas raízes comuns, chegar a uma língua, um povo e uma raça originários, o que aponta para a Ásia dos germanos celto-citas, os descendentes de Adão; e não é sem consequência inclusive a menção aos hebraicos. Começemos, pois, esclarecendo o tipo de remanejamento que Leibniz propõe com relação à questão lockeana da origem dos nomes próprios para a questão de qual seria a língua, povo e raça que seriam originários.

Algum tempo depois da finalização dos N.E., já realizando aquele projeto de elaboração de um *ristretto* sobre os aspectos materiais das línguas naturais ou históricas, Leibniz afirmava:

Dividiremos, não incorretamente, as línguas derivadas de uma [língua] antiga largamente difundida em duas espécies: as *japéticas*, como assim foi chamada, e as *aramaicas*. As japéticas se difundiram pela

²⁹ Povo germânico que invadiu a Gália com os cimbrós e foi derrotado, na Batalha de Águas Sextias (*Bellum Aquae Sextiae*), pelo general romano Caio Mário (157-86 a.C.) nas proximidades de Aix-en-Provence em 102 a.C.

³⁰ O já mencionado filósofo e místico alemão Jacob Boehme (1575-1624), considerado “o filósofo teutônico”, foi, de acordo com Olga Pombo, responsável pela “teoria *Natursprache*” e, como outros linguistas de sua época, possuía “intuitos claramente comparativistas” na elaboração “de gramáticas e dicionários, majoritariamente multilíngues”; e dos trabalhos de seus contemporâneos, ela menciona o “*Dictionarium* de Ambrogio de Calepino (1535-1623) que, na sua edição de Basileia de 1590, compara 11 línguas diferentes e da *Pantaglossia* de Nicholas Claudio de Peiresc (1580-1637), onde são recolhidas amostras de cerca de 40 línguas”. Cf. LEIBNIZ, 2012, p. 120. Vale lembrar que, agora, o retorno a Boehme se dá por conta da menção à figura de Adão, não naquele sentido da recuperação de uma significação que lembrasse a essência, mas, isso sim, da origem primeira das línguas.

³¹ Ou seja, mesmo que as línguas atuais tenham muito de mistura e sejam grandemente corrupções das mais antigas, ainda assim preservam razões ou motivos físicos que podemos associar a certo instinto natural ou primitivo que guia a formação dos vocábulos, isto é, aquilo que também deve ter dado origem às línguas mais primitivas ou que testemunham “uma relação entre as coisas e os sons e movimentos dos órgãos da voz” ou aparelho fonador; tal origem, portanto, só em parte diz respeito ao acaso (como a associação do vocábulo ‘coaxar’ a vida), escolha, e não pode ser considerada simplesmente *ex instituto*, trata-se em parte do natural ou daqueles motivos sensíveis enunciados mais acima. Contra Locke ou Hermógenes e em certa medida apenas com Crátilo, Leibniz vai agravar tal observação quando associar determinados sons a determinadas coisas ou fenômenos, como, dentre outros, o movimento violento, o ruído, a dureza, à letra ‘R’ e o movimento mais doce, lento, a diminuição ou a solvência à letra ‘L’.

[região] setentrional [ou norte], as aramaicas [pela] meridional; de fato, considero toda nossa Europa [como pertencente à região] setentrional. Daí que se as setentrionais se referem a *Jafé*, as meridionais, não sem razão, serão atribuídas aos descendentes de [seus] irmãos *Sem* e *Cam*³². (LEIBNIZ, 2012 [*Brevis*], p. 4 do original).

É isso, principalmente, que o estudo das etimologias vai “mostrar”, ou melhor, “provar”, isso é, que o povo mais antigo da Terra e que falou a língua mais antiga tem sua origem em Noé, e seu filho Jafé teria se estabelecido mais ao norte ou naquele lugar que Leibniz considerava ser a Ásia germânica celto-cita; também foi propriamente ele, Jafé, quem deu origem ao povo europeu. Ou seja, além do aspecto em parte formal quanto aos nomes próprios das línguas naturais ou históricas se referirem ao geral ou à espécie mais baixa (à similitude), serem apelativos ou termos gerais, a investigação etimológica que suporta tal afirmação também permite concluir que os germanos são, mesmo contra os hebraicos descendentes de Sem, ou seja, os semitas e mesmo os camitas, os descendentes diretos de Jafé-Noé; os germanos seriam, pois, o povo mais antigo da terra pós dilúvio.

Certamente é esta uma das ideias mais importante a ser observada para todo aquele que quiser compreender o que faz a base do tipo de história que Leibniz defende mesmo nos **N.E.**; associado ao que é dito no capítulo de título “A fé e a razão, bem como os seus limites distintos” (livro IV, cap. XVIII) dos **N.E.** e no “Discurso [preliminar] sobre o acordo da fé com a razão” dos **E.T.**; em primeiro lugar, trata-se de tomar a **Bíblia**³³ como um livro de história, a História Santa (LEIBNIZ, 1984 [**N.E.**, III,

³² Alguns intérpretes e escritores cristãos – dentre eles o contemporâneo de Leibniz, John Milton (1608-1674), com o seu **O paraíso perdido** – identificaram o titã Jápeto (*Japetum*) da mitologia grega com Jafé (*Japhetum*), o filho de Noé, com base na similaridade do nome e na tradição bíblica que considerava todos os povos do mundo pós-dilúvio como descendentes dos três filhos de Noé, isso é, de Sem, Cam e Jafé. Na tradição bíblica, da **História Santa**, o que servirá de hipótese básica para Leibniz explicar as migrações e mudanças dos vocábulos, os descendentes de Jafé teriam se dispersado nas margens do Mediterrâneo da Europa e da Ásia Menor, ao norte de toda a Europa e em uma parte considerável da Ásia; por isso, Jafé é considerado o ancestral dos diferentes ramos da grande família indo-germânica. Por outro lado, Jápeto, na mitologia grega, era um dos titãs filhos de Urano e Gaia, segundo a **Teogonia** de Hesíodo, uniu-se a Clímene (em Pausânias, ela se chama Ásia), filha de Oceano, e teve com ela quatro filhos: Atlas (“suportar”), Prometeu (“pensamento previdente”), Epimeteu (“pensamento tardio”) e Menécio (“poder condenado”, ligado à raiva e imprudência). É das línguas jaféticas ou japéticas, como quer Leibniz, que derivariam a língua dos citas e a dos celtas, consequentemente, delas derivam todas as línguas europeias e primeiramente a dos germanos ou germânicos.

³³ “E os saxões que atravessaram a Grã-Bretanha nos deixaram livros ainda mais antigos. Têm-se alguma versão ou paráfrase do começo do **Gênesis** e de algumas outras partes da **História Santa** (*l’Histoire Sainte*), feita por um [tal de] Caedmon, sobre a qual Beda já mencionou. Mas o mais antigo livro, não apenas das línguas germânicas, mas de todas as línguas da Europa, exceto a grega e a latina, é aquele do Evangelho dos godos do Ponto Euxino, conhecido sob o nome de **Codex Argenteus**, escrito em caracteres bem particulares, que foi descoberto no antigo monastério dos beneditinos de Verden, na Vestfália, e foi levado para a Suécia, onde é conservado como se deve com o mesmo zelo que o original

II, §1], p. 216), especialmente do momento em que finda o dilúvio e os três filhos de Noé passam a ser considerados as origens de todos os povos da Terra; em segundo lugar, trata-se de se apropriar da narrativa da origem com a reorientação para Jafé, contra Sem ou Cam, e a defesa da hipótese que a língua hebraica se é das mais antigas deve estar muitíssimo corrompida e só permite atestar sua associação às línguas ou povos celto-citas, ou seja, às origens germânicas ou àquele filho de Noé, no caso Jafé, com dificuldade.

Os resultados práticos e políticos da hipótese que os germanos, via celto-citas e Jafé, eram o povo mais antigo e de tomar a **Bíblia** como um livro de história podem ser ditos, dentre outros, do seguinte modo. Como sabemos, a partir de 1685, Leibniz é nomeado historiógrafo da Casa de Brunswick ou, como muitas vezes é denominada, Casa de Hanôver, família para a qual começa a trabalhar, na verdade, em 1676. A ligação de seu trabalho com as aspirações políticas da família Brunswick pode ser exemplificada por ele ter sido encarregado, primeiramente, “de provar, através de genealogia, que a Casa de Brunswick se originara da Casa d’este, família de príncipes italianos”, trabalho que ele conclui em 1690 e que faz, efetivamente, os Brunswick ascenderem de oito para nove eleitorados; do mesmo modo, algum tempo depois, também foi “encarregado de fornecer os argumentos referentes às pretensões de Georg Ludwig, bisneto de James I, portanto, membro daquela família, justamente ao trono da Inglaterra, cuja vacância observou-se um pouco antes da morte de Locke em 1700 com o falecimento de William, Duque de Gloucester” (LEIBNIZ, 1997, pp. 8-9), e associado à revolução gloriosa, argumentos que levaram, efetivamente também, George I ao trono

dos Pandectas em Florença, ainda que esta versão tenha sido feita pelos godos orientais e em um dialeto bem afastado do germânico escandinavo: mas isso é porque se acredita com alguma probabilidade que os godos do Ponto Euxino (Antigo nome do mar Negro) vieram originalmente da Escandinávia, ou ao menos do mar Báltico”. Certamente é esta uma das ideias mais importante a ser observada para todo aquele que quiser compreender o que faz a base do tipo de história que Leibniz defenderá, associado ao que é dito, no livro IV, cap. XVIII dos **N.E.** e no Discurso [preliminar] sobre o acordo da fé com a razão, dos **E.T.**, em primeiro lugar, trata-se de tomar a **Bíblia** como um livro de história, a História Santa, especialmente do momento em que finda o dilúvio e os três filhos de Noé passam a ser considerados as origens de todos os povos da Terra, em segundo lugar, trata-se de se apropriar da narrativa da origem com a reorientação para Jafé, contra Sem ou Cam, e a defesa da hipótese que a língua hebraica se é das mais antigas, deve estar muitíssimo corrompida e não permite mais atestar sua associação às línguas ou povos celto-citas, ou seja, às origens germânicas ou ao filho de Noé Jafé. Eis a importância do **Codex argenteus (O livro de prata)**, trata-se, para Leibniz, da fonte mais antiga das origens das línguas da Europa e que prova a maior antiguidade da língua germânica, e vale notar a passagem da ‘língua alemã’ para ‘as línguas germânicas’, da mais recente para as mais antigas; feito em letras prateadas, o **Codex argenteus** é a mais antiga tradução da **Bíblia** para a língua gótica. Criador do livro e dos caracteres dessa língua, o bispo Úlfilas (do gótico Wulfila, c. 310-383) – que escreveu cerca de 500 anos antes de Nithard e, segundo o próprio Leibniz (cf. **De origine**, p. 36 do original) logo ao final do governo de Constantino I (272-377), o Grande – difundiu o cristianismo sob a forma do arianismo e foi considerado o apóstolo dos godos.

da Grã-Bretanha de 1714 até sua morte em 1727.

Tudo isso e mais o conteúdo defendido nos §§ 136-143 dos **E.T.**, por conta da reorientação da mitologia ou da história fabulosa que produzem, devem ser suficientes para compreender o quão longe foi Leibniz no ‘aprofundar’ as origens do povo germânico e na justificativa de seu lugar frente a outras famílias ou Casas da Europa, é justamente o que permite compreender a afirmação feita pelo filólogo francês David-Étienne Choffin (1705-1775), *professeur de belles-lettres et de la langue française*, em seus **Entretimentos literários (Amusements littéraires)** de 1772:

Acredita-se que simples governadores de várias grandes províncias do vasto império de Carlos Magno teriam se tornado príncipes hereditários na sequência [ou seja, depois]; mas *M. Leibnitz* sustenta que eles nunca deixaram de ser [por hereditariedade] e, portanto, ainda enobrecem as **origens das maiores Casas** [da Europa]. Ele os empurra mais fundo neste abismo do passado, cuja obscuridade é muito preciosa para eles³⁴. (CHOFFIN, 1772, p. 11, grifo nosso).

Comentário que chega a repetir parte do verbete “*Léibnitzianisme ou Philosophie de Léibnitz* (Leibnizianismo ou filosofia de Leibniz)” do tomo IX da **Encyclopédie** de Diderot e d’Alembert de 1765, a saber: “Acreditava-se que os governadores das cidades do império de Carlos Magno haviam se tornado, com o tempo, príncipes hereditários; Leibniz prova que eles sempre o foram.”³⁵ (DIDEROT e D’ALEMBERT, 1751, p. 370, grifo nosso).

Ou seja, trata-se de defender as origens da monarquia alemã e acabar com os conflitos europeus, inclusive os religiosos, indicando a origem germânico-jafética última de certas famílias da Europa. A partir, portanto, da sugestão feita por Helmstadt³⁶ de investigar as antiguidades germânicas foi também com esse objetivo geral que

³⁴ “*On croit que de simples Gouverneurs de plusieurs grandes Provinces du vaste Empire de Charlemagne étoient devenues dans la suite des Princes héréditaires; mais Mr. de Leibnitz soutient qu’ils l’avoient toujours été, et par-là anoblit encore les Origines des plus grandes Maisons. Il les enfonce davantage dans cet abyme du passé, dont l’obscurité leur est si précieuse*”. E não devemos deixar de considerar o incômodo que deve ter causado aos franceses a obra de Leibniz **De origine francorum**, obra também realizada segundo aquele estudo histórico-etimológico.

³⁵ “*On croyoit que des gouverneurs de villes de l’empire de Charlemagne étoient devenus, avec le temps, princes héréditaires; Léibnitz prouve qu’ils l’avoient toujours été*”. Cf. também **De origine** §XV.

³⁶ “[...] como mostrou o professor de Helmstadt; ele, desde há muito tempo, incumbiu-se, não sem sucesso, de me encorajar a me ilustrar nas antiguidades das línguas germânicas” (LEIBNIZ, 2012 [Brevis], p. 08 do original). Acreditamos que se trate de Johann Georg von Eckhart (ou Eccard, 1664-1730), historiador e linguista alemão, foi assistente de Leibniz a partir de 1694. Graças aos seus esforços, Eckhart foi nomeado professor de história em Helmstadt em 1706. Após a morte de Leibniz se tornou bibliotecário e historiador da Casa de Hanover. Juntamente com Leibniz, ele é considerado um dos fundadores da moderna historiografia na Alemanha. Tal era o volume de trabalhos feitos sobre a língua alemã até aquele momento que Eckhart, enquanto professor em Helmstadt, escreveu uma **História dos estudos etimológicos da língua germânica (Historia studii etymologici linguae germanicae hactenus impensi)**, Hanover, 1711).

Leibniz organizou, e os estudos etimológicos fizeram a base de muito deles, três grandes compilações de historiadores das coisas germânicas; isto é, com o que se costumou chamar de a **Coleção dos historiadores de Brunswig (Collection des Hitoiriens de Brunswig)** ou **Compilação dos escritores de Brunswick (Recueil des ecrivains de Brunswick)**³⁷ Leibniz chama atenção para a obra em três volumes que foram publicados em 1707, 1710 e 1711 e com o total impressionante de quase de 3.500 páginas, daquele que é certamente seu trabalho mais importante como historiador, trata-se de uma coleção do que teriam afirmado vários historiadores de Brunswig ou da casa de Hanôver, mas não é só esse seu conteúdo, evidentemente. Para dizermos apenas o básico e como já o indicamos, é sabido que desde propriamente 1676 Leibniz passa a trabalhar como bibliotecário para a família Brunswick e podemos dizer que foi por conta, principalmente, de ter de escrever a sua história que ele passa a colecionar vários livros, dicionário, traduções, mapas e tudo mais que possa auxiliar a tecer uma “História do povo germânico” que encadearia príncipes hereditários até terminar naquela família. Como alguns cronistas antigos, Leibniz pretendia iniciar sua obra tratando da origem da Terra ou mesmo do mundo e, nesse sentido, sua produção mais importante certamente foi a **Protogaea: uma teoria sobre a evolução da terra e a origem dos fósseis** (publicada apenas em 1749), que depois deveria ser seguida de considerações tecidas a partir das conexões entre as línguas e as nações, ou seja, daquela parte da História, Cronologia, Genealogia, Etimologia, Filologia e Geografia que aparece no cap. III do livro III, cap. I-III, dos **N.E.**, no **Brevis** (1710) e no **De origine** (1715), mas que, obviamente, são corroboradas por uma série de antigos monumentos, especialmente associados à História Santa, e opiniões de autoridades de várias áreas que são apresentadas em vários textos³⁸. Nessas obras, mesmo sem ter terminado sua Crônica Universal ou a História dos Brunswick, Leibniz teria conseguido tratar do surgimento da Terra até o início da genealogia dos Brunswick ou da casa de Hanôver, provando que

³⁷ Título original e completo: **Scriptores rerum brunsvicensium illustrationi inservientes, antiqui omnes, et reformatione priores: opus, in quo nonnulla chronica hujus, vicinarumque regionum, et urbium, episcopatumque, ac monasteriorum, praesertim ostfaliae; res etiam atestinatorum, longobardiae, et guelforum superioris germaniae; vitae item hominum illustrium, aut principum; omnia magno studio, sumtuque conquisita etc. continentur.**

³⁸ Tais como, dentre outros, **Specimen historiae arcanae** (1696), **Historia arcana sive de vita Alexandri VI. Papae** (1697), as **Novissima Sinica nostri temporis illustratura** (1697 e 1699), **Alberici monachi Trium fontium Chronicon** (1699), **Accessiones historicae quibus potissimum continentur Scripores rerum germanicarum** (1700), **Information sommaire des droits de sa majesté Le Roy de Prusse à pleine souveraineté de Neufchatel et Valangin** (1706), mais os três volumes do **Scriptores rerum brunsvicensium** (1707-1711) e, dado que parecem apresentar a teoria da história de Leibniz, seus **Codex juris gentiu diplomaticus in quo tabulae authenticae actorum publicorum** (1693) e, aquele que seria seu suplemento, **Mantissa codicis júris gentium** (1700).

os germanos tinham origem nos celto-citas, os povos mais antigos da “Ásia” pós-dilúvio, e que aquela família começava em Carlos Magno em 769, continuada pelos imperadores descendentes dele e por cinco imperadores da família ou casa de Brunswick, isto é, Henrique I (da Germânia, 876-936), o Passarinheiro, os três Otões (Otão I, o Grande, 912-973; Otão II, o Velho, 955-983; e Otão III, 980-1002) e Henrique II (o santo Henrique, último monarca da dinastia otoniana do Sacro Império Romano-Germânico, 973-1024).

Considerações finais

Com efeito, para entender como tal projeto geral, do qual Leibniz apresenta apenas um breve plano (um *ristretto* ou *dessein*)³⁹ nos capítulos iniciais do livro III dos **N.E.**, atingia novamente as opiniões de Locke e mudava o eixo principal da controvérsia ali constituída, devemos nos voltar às afirmações feitas em outro ensaio, não mais o **Ensaio sobre o entendimento humano** (*An essay concerning human understanding*) que em seu livro III tratava principalmente e de um ponto de vista mais formal do problema da significação das palavras, mas sim à parte dos **Dois tratados sobre o governo**, ou seja, ao início da parte que tem por título **Ensaio sobre o verdadeira origem, extensão e fim do governo civil** (*An essay concerning the true original, extent, and end of civil government*), onde o inglês afirmava ter mostrado, contra Filmer como já sabemos, 4 coisas, vale repetir:

(1º) Que Adão não tinha, nem por direito natural de paternidade nem doação positiva de Deus, autoridade alguma sobre seus filhos ou domínio sobre o mundo, como se pretende; (2º) Que se ele tivesse, seus herdeiros, contudo, não teriam direito a ela; (3º) Que caso seus herdeiros a tivessem, por não haver lei da natureza ou lei positiva de Deus que determine qual é o legítimo herdeiro e todos os caso que possam surgir, o direito de sucessão, e consequentemente de deter o mandado, não poderia ter sido determinado com certeza; (4º) **Que, mesmo que houvesse sido determinado, ainda assim o conhecimento de qual é a linhagem mais antiga de Adão foi há tanto tempo completamente perdido que em todas as raças da humanidade e famílias do mundo não resta, a nenhuma mais que outra, a menor pretensão a ser a casa mais antiga e a ter o direito de herança.** (LOCKE, 2005 [**Dois tratados sobre o governo**], p. 379-80, grifo nosso).

No fim das contas, o trabalho que Leibniz foi contratado para fazer dizia

³⁹ Para além do próprio título do **Brevis**, cf. Carta a Sparvenfeld de 29 de janeiro de 1697 e **N.E.**, III, II, §2, p. 221.

respeito justamente à defesa da pretensão, que era a de muitas famílias, da Casa de Hanôver ou dos Brunswick (ou Brunswick) a serem a casa mais antiga da Europa (na verdade do mundo pós-dilúvio) e, dado que os alemães, os germanos vindos da Ásia celto-cita, descendem de Jafé, ou seja, são a raça mais antiga da Terra, também ter o direito de herança do trono de uma Europa reunida (reunida em termos de língua radical primitiva que sofrerá seu aperfeiçoamento no alemão pretendido por Leibniz, nação mais antiga e mesmo religião mais filosófica ou esclarecida), trabalho que será feito a partir da disciplina etimologia ou filologia, ou do que hoje chamaríamos de linguística histórica, tomando principalmente a **Bíblia** como um livro de história, a História Santa; o que faz voltar aquele suposto absurdo ou as bases do que Locke pensou ter mostrado justamente contra Filmer em sua obra **Dois tratados sobre o governo** também de 1690, especialmente o item 4.

Referências bibliográficas

- FILMER, Robert. *Patriarcha and Other Writings*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- CHOFFIN, David Étienne. *Amusements littéraires (ou Magasin de la belle littérature, tant en prose qu'en vers)*. Brandebourg: Editora (?), 1772.
- DIDEROT, Denis e D'ALEMBERT, Jean Le Rond. *Encyclopedie*. Paris: Briasson, David, Le Breton e Durand, 1751.
- LEIBNIZ, G. W. *Die philosophischen Schriften (GP)*. C. I. Gerhardt. Berlin: Weidmann, 1860-1890 (reprint Hildesheim: Olms, 1960, 1961 e 1978).
- _____. *Escritos filosóficos*. Edit por Ezequiel de Olaso. Buenos Aires, Charcas, 1982.
- _____. *Novos ensaios*. Trad. João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- _____. *Nouveaux essais*. Paris: Flammarion, 1990.
- _____. *Nuevos ensayos sobre el entendimiento humano* (ed. J. Echeverría), Alianza: Madrid, 1992.
- _____. *Protogaea*. Trad. Nelson Pappavero et. al. São Paulo: Pleiade/Fapesp, 1997.
- _____. *Ensaio de Teodiceia*. Trad. William de Siqueira Piauú e Juliana Cecci Silva. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, 2013.

_____. “Carta de Leibniz a Des Bosses (31/07/1709) [sobre as almas, as enteléquias, as mônadas, a massa e o espaço]”. Trad. William de Siqueira Piauí e Juliana Cecci Silva. *In: Theoria - Revista eletrônica de Filosofia*, v. 5, n. 12, p. 133-40, 2013.

_____. “Duas cartas de Leibniz a Sparvenfeld”. *In Cadernos Espinosanos*⁴⁰, n. 34 (número dedicado a Leibniz), 2016, p. 343-371. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/epinosanos/article/view/116962/114492>. Acesso em: 18/3/2019.

_____. “Cartas de Leibniz a Sparvenfeld”. *In* <http://www.leibnizbrasil.pro.br/leibniz-pdf/Duas-cartas-de-Leibniz-a-Sparvenfeld-1697.pdf>. Acesso em: 18/3/2019.

_____. **L’harmonie des langues**. Apres., trad. e comentários de Marc Crépon. Paris: Éd. Du Sueil, 2000.

_____. “Breve plano das reflexões sobre as origens dos povos traçado principalmente a partir das indicações [contidas] nas línguas.” Intr.: Olga Pombo; Trad. e notas: Juliana Cecci Silva e William de Siqueira Piauí. *In: Kairos Revista de Filosofia & Ciência* (Universidade de Lisboa) n. 4, 2012, pp. 119-149. Disponível em: <http://kairos.fc.ul.pt/nr%204/Kairos%204.pdf>. Acesso em: 25/3/2015.

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. Introdução de Peter Laslett, trad. De Júlio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Ensaio sobre o entendimento humano**. Trad. Pedro Paulo Pimenta. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

NEF, Frédéric. **Leibniz et le langage**. Paris: PUF, 2000.

_____. **A linguagem: uma abordagem filosófica**. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

PIAUI, William de Siqueira (Org.). **Leibniz e a Linguagem (I): línguas naturais, etimologia e história**. Paraná: Kotter, 2019. No prelo.

SILVA, Saulo Henrique Souza. “Robert Filmer, John Locke e a controvérsia sobre a origem e a extensão da autoridade política”. In: BALIEIRO, M. R.; PEREIRA FILHO, A. J (Orgs.). **História e política no pensamento moderno**. Porto Alegre: Redes Editora, 2013, p. 33-48.

⁴⁰ <http://www.revistas.usp.br/epinosanos/article/view/116962/114492>